

# Um aspecto da cultura indiana: a condição das viúvas<sup>1</sup>

Inta Karina Muller<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Escrever, refletir sobre um tema e desenvolvê-lo de forma coerente é sempre um desafio que faz parte do nosso trajeto como Psicanalistas. Necessitamos deste exercício, assim como colocar em palavras nossas ideias e sensações sobre o mundo que nos rodeia.

Remexendo em antigas pastas com vários escritos, encontrei textos que produzi enquanto vivia na Índia. Foram cinco anos cheios de experiências contrastantes, dentro de uma cultura totalmente diferente da nossa. E muita escrita.

O tema das viúvas é um entre os vários temas que gostaria de poder compreender melhor. E como se trata de uma situação peculiar, muito diferente da que vivemos na nossa cultura, seria uma oportunidade para, então, poder abordá-la como um exercício do pensamento psicanalítico, durante um Curso de Formação Analítica.

Nesta discussão, a Cultura, o processo civilizatório para Freud, foi o tema escolhido. Será feita uma revisão dos textos deste autor para compreender a história escolhida.

## AS VIÚVAS E SEUS DESTINOS

No ano de 2000, enquanto ainda vivíamos na Índia, a diretora de cinema Deepa Mehta começou a filmar “WATER”, na cidade santa de Varanasi. O filme

---

1 Trabalho orientado por Lisia Leite.

2 Membro provisório do CEPdePA

retrata a triste situação das viúvas na Índia e se passa no ano de 1938. O enredo se desenvolve em um Ashram para onde viúvas foram enviadas depois da morte de seus maridos.

De uma forma inesperada, estas filmagens foram interrompidas. Um quadro político de extrema direita insuflou a população contra a Diretora e contra o tema de seu filme. Argumentaram que a obra era contra o hinduísmo, contra a arraigada cultura indiana, e, nas ruas, uma multidão revoltou-se contra a equipe de filmagem. Quatro anos mais tarde, o filme foi retomado e filmado no Sri Lanka, sendo lançado em 2005.

Segundo as *Leis de Manu* (legislação Indiana e texto sagrado do hinduísmo): “A viúva deve sofrer até a morte, preservada e casta. A esposa virtuosa que permanece pura após a morte de seu marido vai para o paraíso. Uma mulher infiel a seu marido irá renascer no útero de um chacal”.

De acordo com a tradição, a elas restavam apenas três destinos: jogar-se nas piras funerárias junto com o marido, casar-se com o irmão mais novo do marido ou viver num Ashram para o resto de suas vidas. Eram consideradas de mau agouro e pouco amparadas. Parentes passavam a rejeitá-las a ponto de não terem mais casa nem comida. De alguma forma, eram culpadas pela morte dos maridos. Depois da morte do esposo, “só deus poderia protegê-la”, pois estaria então “meio morta”. A viúva é considerada sem casta, impura, tratada como os “intocáveis” (os sem casta). Se tocasse em outras pessoas, mesmo que apenas em alguma parte do corpo, estes teriam que se purificar em *poojas* (cerimônias hindus).

Deveria viver à margem da sociedade, pois este é seu “karma”. Mesmo sua sombra não poderia tocar a sombra de outra pessoa. Como viúva, deveria raspar o cabelo, vestir unicamente sáris brancos (que denota o luto), retirar o Mangal Sutra (colar com contas pretas que denota casamento) e não poderia mais usar os anéis nos dedos dos pés, pois estimulam hormônios sexuais, com o intuito de nunca mais mostrarem-se sexualmente interessantes. Ao viúvo não existem restrições, ele pode casar-se novamente assim como ter mais filhos. Mas o falecido também goza de um valor especial, sua foto vai para o altar da família, sendo idealizado e venerado por todos de sua casa.

As ideias de Gandhi (décadas de 1930 a 1940) começaram a mudar o rumo desta tradição, com seus questionamentos rebelou-se contra a segregação das castas e abriu possibilidades de repensar a cultura vigente. O filme questiona duramente a religião que impõe às mulheres este estado de degradação e nos fala sobre os direitos da mulher na sociedade indiana, que ainda hoje parece bastante influenciada pelo casamento tradicional onde os noivos são escolhidos pelos familiares. Pais e mães das duas famílias contratam o casamento segundo a casta, posição social e mapa astral dos pretendentes.

Na Índia, a família da mulher deve pagar um dote para a família do marido, passando a viver na casa e com a família deste, abrindo mão de sua história passada. Em algumas situações, depois do falecimento do marido, a família do mesmo a rejeita e tenta enviá-la de volta aos seus pais. Estes, por sua vez, já cumpriram sua função de casar a filha, pagando o dote e “resolvendo um problema”. Se ela teve filhos e um deles é homem, terá mais chances de ter seu futuro garantido, pois gerou um menino que dará continuidade ao nome do pai e trará um dote quando se casar. Passando a fazer parte da família do marido, não tem direito nenhum aos bens dos seus pais. Torna-se “propriedade” da família do marido.

Existem vários festivais hindus organizados para rezar pela longevidade dos maridos, como, por exemplo, o Karwa Chauth. Trata-se de *poojas* (cerimônias hindus) para mulheres casadas, onde estas, com suas melhores roupas e joias, dançam e cantam para deusas hindus a fim de que proporcionem uma longa vida aos seus maridos, jejuando um dia inteiro.

Vrindavan, à beira do rio Yamuna, a poucas horas de carro de Nova Delhi, é a “cidade das viúvas”. Neste local moram mais de seis mil viúvas, que chegam à cidade para escapar da brutalidade a que estão sujeitas por parte de suas famílias ou porque foram simplesmente descartadas por seus genros e noras como se fossem bagagens indesejáveis.

Em 1956, um ato hindu estabeleceu que as viúvas deveriam ser consideradas iguais a todas as mulheres, mas a tradição fala mais alto. No ano de 2005, quando eu ainda trabalhava numa escola indiana como Psicóloga, uma das professoras enviuvou e sua situação era um tanto delicada. Nunca havia sido totalmente aceita pela família do marido e, uma das razões, era porque trabalhava. Outra razão, e

muito forte, era porque só havia tido filhas mulheres. Sofrendo pelo seu destino, veio buscar algum conforto. Infelizmente nada puder fazer a não ser acolhê-la neste momento e tentar buscarmos juntas alguma alternativa. Não soube o que houve com ela depois que deixou a escola. O assunto não era comentado e parecia proibido fazer perguntas. Saiu da escola sem se despedir e sem deixar notícias. Parecia que todos sabiam que assim seria. Menos eu.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ao reler a história das viúvas na Índia, chamou-me a atenção, em primeiro lugar, a questão dos processos de luto, tão bem descritos por Freud (1914), em “Luto e Melancolia”. Mas seria este o ponto principal a ser explorado neste trabalho? Poderíamos inferir que a questão do luto se sobressai à questão cultural de um país? Trata-se de um luto patológico?

Entendo que a cultura de um povo é soberana, pois o conjunto de fenômenos materiais e ideológicos que caracterizam um grupo social gera manifestações que regem a sociedade, e que identificam seu povo.

Freud relata em “Um estudo autobiográfico” que, no verão de 1889, enquanto ainda trabalhava com Breuer: “[...] tive a mais profunda impressão da possibilidade de que poderia haver poderosos processos mentais que, não obstante, permaneciam escondidos na consciência” (FREUD, 1924, p. 29).

Estes poderosos processos mentais não eram totalmente explicados pela teoria da catarse de Breuer, pois não abrangia a etiologia dos processos psíquicos. Freud então postulou que não era qualquer excitação emocional que estava em ação no início das neuroses, mas uma excitação de natureza sexual. Através de seus estudos Freud foi levado a considerar as neuroses como perturbações da função sexual, e alguns destes processos mentais se manifestariam em forma de “tabu”. E a estes tabus irei inicialmente me referir: “Algo mais que o luto deve ser considerado responsável pelas peculiaridades das práticas de um tabu, algo que tem em vista propósitos muito diferentes” (FREUD, 1913, p. 79).

Em “Totem e Tabu”, Freud (1913) evidenciaria a existência de um sistema totêmico, que estruturaria e fundamentaria as relações entre os membros da tribo.

Operando sobre a lógica do totemismo, os integrantes desta sociedade se subdiviriam em grupos denominados clãs, que, por sua vez, seriam organizados mediante o seu totem. O totem se aplicaria à espécie de seres ou de coisas que todos os membros de um clã julgariam sagrados, podendo ser animais, vegetais, ou a própria divinização representada em uma escultura. Tratar-se-ia de um símbolo, de um nome, cujo caráter determinaria como seriam classificados, funcionando como uma etiqueta coletiva. Deste modo, todos os descendentes de um mesmo totem seriam considerados consanguíneos.

Contudo, havia uma característica do totem que suscitaria o interesse do autor: uma lei que proibia as relações sexuais entre pessoas do mesmo totem. Esta proibição estaria sob rigorosas prescrições, cuja violação implicaria sérias consequências para os membros de um grupo. A repulsa e o horror ao incesto nas sociedades primitivas indicariam que as relações entre os integrantes de um mesmo grupo, em tempos remotos, se concretizavam. Sendo assim, tornar-se-ia evidente e compreensível o rigor da proibição de relações sexuais entre indivíduos de um mesmo totem: “Estão provavelmente mais propensos à tentação de cometê-lo e, por essa razão, necessitam de maior proteção” (FREUD, 1913, p. 29).

Segundo o mito da horda primeva, inicialmente existiria um pai onipotente, possuidor de todas as mulheres. Se esse pai fosse assassinado pelos filhos, estabelecer-se-ia um contrato social para garantir que nenhum de seus filhos tomasse o seu lugar. Assim, através do parricídio se constituiria uma organização social que marcaria a origem da civilização. A proibição do incesto corresponderia à única maneira que os irmãos encontrariam para garantir a força que nascera de sua união. Seria, igualmente, uma tentativa de refrear esse sentimento, reconciliando-se com o pai. O tabu do incesto surgiria aí como a primeira lei que fundamentaria uma sociedade.

Alguns “costumes” que regulam as relações dos indivíduos com seus próximos foram denominados de “evitações”, que tratam de reforçar a proibição ao incesto, como uma barreira social imposta culturalmente. O horror e o desejo de incesto seriam duas faces de uma mesma moeda, e estariam presentes em todas as sociedades, tanto nas mais antigas quanto nas modernas.

O que Freud (1913) enfatizaria, sobretudo, seria a relação existente entre a característica de desejo do incesto e o psiquismo infantil. A psicanálise aponta que a primeira escolha do objeto para amar seria fundamentada em objetos de ordem incestuosa, mas, à medida que a criança crescesse, haveria um deslocamento destes desejos. A relação de uma criança com os pais, dominada por estes desejos incestuosos e parricidas, seria o “complexo nuclear das neuroses”. Estes desejos incestuosos, mais tarde inconscientes, seriam encarados pelos povos primitivos como perigosos, contra os quais deveriam tomar medidas de defesa.

Para Freud (1913), estes povos não questionariam as proibições a que estariam sujeitos, não tendo nenhuma ideia de por que se submeteriam a elas. Acreditariam que qualquer violação seria punida de forma severa, mesmo se fosse involuntária. Estas proibições se dirigiam contra a liberdade de prazer, liberdade de movimento e de comunicação, mas haveria algo, além disto, como se certas pessoas e coisas fossem carregadas de um poder perigoso que pudesse ser transferido através do contato com elas, quase como uma infecção: “O fato mais estranho parece ser que qualquer um que tenha transgredido uma destas proibições adquirir, ele mesmo, a característica do proibido – como se toda a carga perigosa tivesse sido transferida para ele” (FREUD, 1913, p. 42).

Ao transgredir um tabu, a pessoa seria relegada a ser o próprio tabu, confirmando que a transmissibilidade seria possível quando em contato com as pessoas ou coisas, carregadas de um poder perigoso. Esta característica que residiria no tabu de contato existiria, também, nos obsessivos, na fobia do tocar. Pessoas ou coisas consideradas como tabu teriam um poder transmissível por contato que poderia ser liberado com efeito destrutivo: “É sem dúvida a transmissibilidade do tabu que explica as tentativas de expulsá-lo por meio de cerimônias purificadoras” (FREUD, 1913, p. 40).

Para Wundt, citado por Freud (1913), as fontes do tabu teriam sua origem no temor dos poderes “demoníacos”. Desta forma, o tabu seria o temor deste objeto “demoníaco” que estaria oculto num objeto-tabu. O tabu proibiria que qualquer coisa pudesse provocar este poder e ordenaria que a vingança do demônio fosse afastada.

O tabu, então, se remeteria à porção inconsciente da mente do indivíduo. Segundo Freud (1913), o tabu e a doença obsessiva teriam uma semelhança, a de que estas proibições pareceriam não ter motivos, sendo misteriosos na sua origem e mantidos por um medo, que sugeriria que qualquer violação conduziria a uma desgraça. Um obsessivo poderia revelar que teria uma sensação indefinida sobre uma situação e que determinada pessoa do seu meio seria atingida como causa de uma violação. A finalidade de algumas proibições seria evidente, outras surpreendem por serem incompreensíveis, sendo as proibições desta última espécie descritas como “cerimoniais”.

Os deslocamentos de um tabu fariam parecer como se as proibições não tivessem sentido, sendo impossível compreender o fator primário. Os obsessivos comportam-se como se as pessoas e coisas “impossíveis” fossem portadoras de infecção que poderia disseminar-se pelo contato.

As proibições obsessivas envolvem renúncias e restrições tão extensivas na vida dos que a elas estão sujeitos como as proibições do tabu, mas algumas podem ser suspensas se certas ações forem realizadas. A partir daí, essas ações devem ser realizadas; elas se tornam atos compulsivos ou obsessivos, não podendo haver dúvida de que são da mesma natureza da expiação, da penitência, das medidas defensivas e da purificação (FREUD, 1913, p. 48).

Para Freud (1913), haveria quatro pontos em que os tabus se assemelhariam aos sintomas obsessivos: o fato de faltar às proibições qualquer motivo atribuível, o fato de serem mantidos por uma necessidade interna, o fato de serem deslocáveis e de haver um risco de infecção proveniente do proibido, e, por último, o fato de criarem injunções para a realização de atos cerimoniais.

Segundo o autor, ocorreria um desejo que se defrontaria com uma proibição externa, contra a realização do mesmo, este aceitaria a proibição encontrando apoio em poderosas forças internas, que provaria ser mais forte do que o instinto que visaria realizar o desejo. Mas esta proibição não conseguiria apagar o instinto. Poderia, sim, reprimi-lo e empurrá-lo para o inconsciente. Tanto a proibição

como o instinto permaneceriam, o instinto porque fora apenas reprimido e a proibição da mesma forma porque, se ela cessasse, o instinto forçaria a entrada na consciência. Cria-se uma fixação psíquica, e tudo mais decorreria do conflito entre a proibição (consciente) e o instinto (inconsciente).

Assim, o desejo instintivo se deslocaria, a fim de fugir ao impasse, e se esforçaria por encontrar objetos substitutos e atos substitutos, para colocar em lugar dos proibidos. A própria proibição também se deslocaria de um lado para o outro, estendendo-se a novos objetivos que o instinto proibido poderia adquirir. Qualquer avanço feito pela libido reprimida seria respondido com um novo aumento da proibição. A inibição mútua das duas forças em conflito produziria uma necessidade de descarga a fim de reduzir a tensão, o que chamaríamos de atos obsessivos. Estas ações de remorso, tentativas de expiação, etc. seriam atos substitutivos destinados a compensar o instinto que fora proibido.

A principal característica desta constelação psicológica seria chamada de atitude ambivalente, do sujeito para com outro sujeito ou objeto determinado. Para Freud (1913), a atitude ambivalente (amor e ódio) seria característica dos obsessivos e dos povos primitivos. No inconsciente haveria, então, uma intenção de violar um tabu, mas temeriam fazê-lo, pois o medo seria maior que o desejo. As mais antigas e importantes proibições ligadas ao totemismo seriam não matar o animal totêmico que identifica uma tribo (não matar o pai) e evitar relações sexuais com membros do clã totêmico do sexo oposto (evitar o incesto). Estes deveriam ser, então, os desejos mais antigos e poderosos dos seres humanos. Verificar-se-ia que o castigo prescrito pelo tabu, relativo ao contato com o interdito, apareceria como um meio de alçar o objeto desejado ao estatuto de um objeto impossível.

Desta forma, qual seria o atributo perigoso que permaneceria o mesmo em todas estas condições? A qualidade de excitar a ambivalência dos homens e de tentá-los a transgredir a proibição.

Mas uma pessoa que não tenha violado nenhum tabu pode, todavia, ser permanente ou temporariamente tabu por se encontrar num estado que possui a qualidade de provocar desejos proibidos em outros e de despertar neles um conflito de ambivalência. A maioria das posições excepcionais

e dos estados excepcionais são dessa espécie e possuem este perigoso poder. Um rei ou chefe desperta inveja por causa de seus privilégios: todos, talvez, gostariam de ser rei (FREUD, 1913, p. 53).

Existiria uma forte motivação inconsciente para a ação proibida, originária do próprio tabu, que possuiria o poder de transmissão e contágio do interdito, bem como a capacidade de produzir a tentação ou mesmo de incentivar a imitação. A violação, nesse sentido, traduzida por impulsos conscientes, deveria ser reprimida, visto que apresenta um perigo real para a convivência em sociedade. Se a violação não fosse vingada pelos outros membros, eles se dariam conta de desejar agir da mesma forma que o transgressor.

Compreenderíamos que, após alguma perda, produzir-se-ia uma reação contra a hostilidade latente no inconsciente, como a autocensura dos obsessivos. Mas esta hostilidade, aflitivamente sentida no inconsciente como satisfação pela morte, seria tratada de forma diferente pelos povos primitivos. A defesa contra ela assumiria a forma de deslocá-la para o objeto de hostilidade, ou seja, para os próprios mortos. Este procedimento defensivo seria chamado de projeção, uma percepção interna expelida para o mundo externo, desligada do primeiro e empurrada para o outro. O enlutado negaria qualquer tipo de hostilidade para com o morto, e, em vez disto, seria a alma do falecido que o atormentaria, necessitando ser apaziguada. Os tabus teriam então um sentido duplo: seriam expressões de pesar e uma hostilidade contra o morto disfarçada em autodefesa. “O fato de um homem morto achar-se em desamparo está fadado a atuar como um incentivo a que o sobrevivente dê rédea livre às suas paixões hostis e essa tentação tem que ser contraditada por uma proibição”. (FREUD, 1913, p. 83).

Se a violação de um tabu pudesse ser corrigida por reparação ou expiação, que envolveriam a renúncia à liberdade, revelaria que a obediência ao tabu significaria uma renúncia a algo desejável. Isto nos faz concluir que a expiação seria fator mais importante que a purificação no cerimonial do tabu. A hostilidade não seria admitida como tal, mas disfarçada em cerimonial.

A importância de uma pessoa determinada é imensamente exagerada e seu poder absoluto é aumentado até o grau mais improvável, a fim de poder ser mais fácil torná-la responsável por tudo de desagradável que o paciente possa experimentar. Os selvagens estão-se comportando exatamente da mesma maneira com seus reis quando lhes atribuem poder sobre a chuva e o sol (FREUD, 1913, p. 71).

Para Freud (1913), nos povos primitivos, a morte seria encarada como o mais grave dos infortúnios, daí acreditar que os mortos estariam insatisfeitos. De acordo com isto, uma pessoa só morreria se fosse morta pela magia, quando não pela força, e uma morte assim tenderia a tornar esta alma vingativa e mal-humorada. Teria inveja dos vivos e ansiaria pela companhia dos velhos amigos, enviando doenças para causar as suas mortes. Mas a noção de que o morto fosse também maldoso teria uma estreita relação com o medo instintivo dos mortos, o qual, por sua vez, seria o resultado do medo da morte. Se uma esposa perdesse um marido, atormentar-se-ia com dúvidas, o que chamaríamos de “autocensuras obsessivas”, pois ela mesma sentir-se-ia responsável por esta morte através de algum ato de negligência. Lembranças do cuidado que teve para com ele não seriam suficientes para amenizar seu sofrimento. Não se trata de que a pessoa enlutada fosse responsável por alguma negligência ou morte, mas que haveria algo nela, um desejo inconsciente, que poderia tê-la ocasionado. Após a morte, seria contra este desejo inconsciente que as censuras seriam uma reação.

Em quase todos os casos em que existe uma intensa ligação emocional com uma pessoa em particular, descobrimos que por trás do terno amor há uma hostilidade oculta no inconsciente. Esse é o exemplo clássico, o protótipo, da ambivalência das emoções humanas (FREUD, 1913, p. 82).

Os povos primitivos não faziam distinção entre a morte violenta e a morte natural. No inconsciente, um homem que morreu naturalmente seria um homem assassinado, maus desejos o mataram. O luto que se originaria de sentimentos afe-

tuosos tornar-se-ia impaciente em relação à hostilidade latente e não lhe permitiria sentir satisfação. Em decorrência disto, seguir-se-ia a repressão da hostilidade inconsciente pela projeção e a criação de um cerimonial, que expressaria o medo de ser punido pelos demônios, ou seja, o próprio morto.

Por outro lado, Freud (1913) referiu que se um tabu fosse violado surgiria uma culpa tabu e a mesma viria com uma ansiedade que podemos descrever como “pavor da consciência”. Esta ansiedade seria inconsciente, pois impulsos cheios de desejos foram reprimidos e a libido transformada em ansiedade.

O luto teria como função desligar dos mortos as lembranças e as esperanças dos vivos. Assim, o sofrimento diminuiria e com ele o remorso, as autocensuras e o medo dos demônios. Os mesmos espíritos que foram temidos poderiam agora encontrar um tratamento mais amistoso, poderiam ser reverenciados como ancestrais e receberiam apelos em busca de ajuda.

Em “O futuro de uma ilusão”, Freud (1927) referiu que, na vida em sociedade, os conhecimentos desenvolvidos no controle e exploração da natureza e as leis criadas para regular a convivência social entre os seres humanos seriam aspectos importantes, mas que não evitariam os desejos instintivos que precisariam ser a todo o momento renunciados para que a vida social fosse possível. Se, no começo do processo civilizatório, uma coerção precisava ser externa, por exemplo, via lei e tabus, com o tempo, essa coerção foi sendo internalizada.

Um processo de defesa (o animismo, a onipotência) começaria a se instalar quando os homens tornaram a natureza antropomórfica. Se a tempestade era um castigo de um ser poderoso e a morte uma passagem para uma vida melhor, o terror perante elas diminuiria. Esse ser poderoso poderia ser influenciado a renunciar parte de seu poder, via tabus e leis. As leis e os conhecimentos cumpririam o papel de proteger a civilização contra o próprio indivíduo, que não teria condições de sobreviver sozinho.

Se, por um lado, precisaríamos da civilização para nos sentir seguros, por outro lado, ela também nos demandaria. Segundo Freud (1927), toda civilização teria de se erigir sobre uma coerção e a renúncia à pulsão. A coerção seria necessária pelo fato de estarem presentes, em todos os seres humanos, tendências destrutivas que determinariam o comportamento destes na sociedade humana. A lei,

portanto, desde suas formas mais primitivas, evidenciadas no totem e nos tabus, até as mais complexas, teria a função de controlar o pulsional em cada sujeito. Na categoria de privações que afetam a todos, estariam as que separam o homem de sua condição animal, ou seja, dos desejos instintuais que cada criança traria ao nascer. As primeiras renúncias instintuais impostas pela civilização seriam o *canibalismo*, o *incesto* e o *desejo de matar os semelhantes*, base constitucional do processo civilizatório.

Freud (1927) esclarece que, não mais acalentado por forças divinas e poderes sobrenaturais, o homem seria um ser desamparado diante de um mundo que teria poucas saídas para a realização dos seus desejos. Como na neurose, o sintoma surgiria do recalçamento e a religião surgiria da repressão dos desejos. Denominando a religião como sendo uma neurose, ela seria, então, a expressão simbólica de um conflito psíquico que teria raízes na história infantil do sujeito.

Para Freud (1927), teríamos um desejo proibido e, por isto, recalçado. Este desejo permaneceria exigindo satisfação, que seria conseguida através de uma solução de compromisso. O sujeito seria tomado por um sentimento inconsciente de culpa e ver-se-ia obrigado a atuar, como um ato de defesa ou de segurança, com uma medida protetora. Por exemplo, o desejo de matar o pai, desejo intolerável, que aceitaria ser deslocado para um ritual religioso. Através desse substituto, reproduzir-se-ia o mesmo prazer que se pretendia evitar, e ele serviria ao desejo reprimido, tanto quanto às instâncias que o reprimem.

Freud (1930), em “O Mal-Estar na Civilização”, referiu que, mesmo com o avanço tecnológico e científico, o homem não parecia sentir-se plenamente feliz. Neste artigo, enumerou três medidas para o desamparo diante da vida: os derivativos poderosos (a atividade científica), as satisfações substitutivas (que reduzem o sofrimento pela arte) e as substâncias tóxicas (uma insensibilidade ao sofrimento). Ao interrogar-se por que seria tão difícil ser feliz, referiu que esta busca poderia dar-se através de duas metas: buscar a felicidade pela via da ausência de sofrimento e de desprazer, ou pela via da experiência de prazer intenso, pela satisfação pulsional sem renúncia. O propósito da vida civilizada não seria, então, a felicidade pelo prazer, mas sim pelo afastamento do desprazer: “Assim como a satisfação do instinto equivale para nós à felicidade, assim também um grave sofrimento surge

em nós, caso o mundo externo nos deixe definhir, caso se recuse a satisfazer nossas necessidades” (FREUD, 1930, p. 97).

A forma extrema disto seria o aniquilamento dos instintos, atingindo a felicidade na quietude, pelo controle da nossa vida instintiva pelos agentes psíquicos superiores, ou pela sublimação dos instintos. Mesmo assim, a felicidade, ou a proteção contra o sofrimento, não poderia ser totalmente instaurada. Não poderíamos perceber por que os regulamentos estabelecidos por nós mesmos não trariam a proteção e a felicidade almejada. Suspeitaríamos então que a civilização seja parcialmente responsável por nossa desgraça.

Freud (1930) referia que não era fácil compreender como poderia ser possível privar a satisfação de um instinto. Se a perda não fosse economicamente compensada, alguns distúrbios ocorreriam.

[...] a descoberta feita pelo homem de que o amor sexual (genital) lhe proporcionava as mais intensas experiências de satisfação, fornecendo-lhe, na realidade, o protótipo de toda felicidade, deve ter-lhe sugerido que continuasse a buscar a satisfação da felicidade em sua vida seguindo o caminho das relações sexuais e que tornasse o erotismo genital o ponto central dessa mesma vida (FREUD, 1930, p. 121).

Assim, o trabalho e o amor (Anake e Eros) poderiam ser duas bases importantes para o estabelecimento da felicidade. Mas, no decurso do desenvolvimento, a relação do amor com a civilização perderia sua falta de ambiguidade, pois o amor se colocaria em oposição aos interesses da civilização e a esta, igualmente, ameaçaria o amor com restrições. A incompatibilidade se tornaria inevitável: “Às vezes, somos levados a pensar que não se trata apenas da pressão da civilização, mas de algo da natureza própria da função que nos nega satisfação completa e nos incita a outros caminhos” (FREUD, 1930, p.126).

A civilização exigiria outros sacrifícios, utilizaria a libido inibida em sua finalidade para fortalecer vínculos de amizade a fim do estabelecimento de uma comunidade. Mas haveria um elemento importante: “[...] os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se

quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade” (FREUD, 1930, p. 133).

Desta forma, o outro não seria apenas um parceiro na sua luta pela civilização, nem apenas um objeto sexual, mas alguém que poderia causar sofrimento. A existência de uma agressividade no ser humano constituiria um fator que perturbaria os relacionamentos e forçaria a civilização a um elevado dispêndio de energia.

Para Freud (1930), a agressividade seria a base de toda relação de afeto, não sendo possível erradicá-la de uma pessoa ou civilização. Não apenas a sexualidade seria sacrificada no processo civilizatório, a agressividade também. Consideraríamos que a sociedade falhou por atender de forma inadequada às exigências do ser humano e tentaríamos em vão efetuar alterações na busca de melhores condições. Talvez teríamos que nos familiarizar com a ideia de que existem questões ligadas à natureza humana que não se submeterão a qualquer tentativa de mudança.

A partir destas questões, Freud refere que “[...] o reconhecimento de um instinto agressivo, especial e independente, significa uma alteração da teoria psicanalítica dos instintos” (FREUD, 1930, p. 139).

Essas considerações o levariam a formular a introdução de dois instintos, os instintos do ego (preservação da espécie) e os instintos objetais (libidinais), que se confrontariam e se dirigiriam aos objetos. A neurose seria, então, encarada como uma luta entre estes dois instintos, da qual o ego deveria sair vitorioso, mesmo à custa de sofrimentos e renúncias.

Em 1930, Freud retomaria seu texto de 1920, “Mais além do princípio de prazer”, onde afirmava a presença de uma pulsão de morte. Pulsão que apresentaria um caráter conservador e uma tendência à repetição. Esta pulsão seria um grande impedimento para a civilização, e ele estava convicto de que os instintos não poderiam ser todos da mesma espécie. Partindo de especulações sobre o início da vida e de paralelos biológicos, concluiu:

[...] ao lado do instinto para preservar a substância viva e para reuni-la em unidades cada vez maiores, deveria haver outro instinto, contrário àquele, buscando dissolver essas unidades e conduzi-las de volta a seu estado primevo e inor-

gânico. Isso equivaleria dizer que, assim como Eros, existia também um instinto de morte (FREUD, 1930, p. 141).

Parte do instinto seria, então, desviada para o mundo externo, em forma de agressividade. Assim, poderia estar a serviço de Eros, caso fosse compelido a destruir outra coisa, ao invés de seu próprio eu. Os dois tipos de instintos não apareceriam isolados, tornando-se difíceis de serem reconhecidos. No sadismo, teríamos um vínculo entre as tendências para o amor e o instinto destrutivo, ao passo que o masoquismo seria uma união entre a agressividade dirigida para dentro e a sexualidade. Mas seria no sadismo que o instinto de morte deformaria o objetivo erótico, embora também satisfizesse o impulso erótico. Mesmo surgindo sem qualquer instinto sexual, com muita destrutividade, a satisfação do instinto se faria acompanhar por um alto grau de fruição narcísica, devido ao fato de presentear o ego com a realização de antigos desejos de onipotência.

O significado da evolução da civilização, então, representaria a luta entre Eros e a Morte, entre o instinto de vida e o de destruição, tal como apareceria na vida humana. A civilização poderia ser descrita como a luta da espécie humana pela vida.

Freud (1930), então, investigou quais os meios que a civilização usaria para inibir a agressividade, a fim de uma adequação à sociedade. Referiu que a agressividade seria introjetada, dirigida para o próprio ego do indivíduo, ou seja, para uma parte do ego, o superego, dirigindo a este a agressividade que o ego gostaria de ter deslocado para fora. A tensão entre o superego e o ego é definida como sentimento de culpa, expressando-se como necessidade de punição: “A civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada” (FREUD, 1930, p. 147).

Mas o sentimento de culpa aparecia mesmo quando uma pessoa não havia cometido nenhum ato justificável. Apenas ao ter identificado em si mesma um desejo de tê-lo realizado, instalar-se-ia a culpa. O medo da perda do amor do outro, de quem se seria dependente, ocasionaria um sentimento de desproteção. Assim, mal poderia ser tudo que, com a perda do amor, nos faria sentir ameaçados.

Segundo Freud (1930), a relação entre a renúncia dos instintos encontrar-se-ia ligada ao sentimento de culpa. Primeiramente esta renúncia viria do medo de uma autoridade externa (pais), a fim de não perder o seu amor. Se a renúncia fosse efetuada, nenhum sentimento de culpa permaneceria. Mas, em relação ao medo do superego, apenas a renúncia instintiva não bastaria, pois o desejo persistiria e não poderia ser escondido do superego, o que acarretaria um sentimento de culpa. Esta renúncia não ofereceria um efeito libertador, a consciência virtuosa não garantiria o amor. Uma ameaça de infelicidade externa, perda de amor e castigo, por parte da autoridade, fora trocada por uma permanente infelicidade interna, pela tensão de um sentimento de culpa.

Assim, seriam duas as origens do sentimento de culpa: culpa que surgiria do medo de uma autoridade (renúncia às satisfações instintivas), e culpa que surgiria do medo do superego (renúncia às satisfações instintivas e punição).

Retornando a questão da agressividade, Freud (1930), então, confere a esta um importante componente inato, onde a criança segue um modelo filogenético, indo além de reações justificadas pelas suas relações.

Não podemos afastar a suposição de que o sentimento de culpa do homem se origina do complexo edípico e foi adquirido quando da morte do pai pelos irmãos reunidos em bando. Naquela ocasião, um ato de agressão não foi suprimido, mas executado; foi, porém, o mesmo ato de agressão cuja repressão na criança se imagina ser a fonte de seu sentimento de culpa (FREUD, 1930, p. 155).

Um remorso seria, então, o resultado da ambivalência primordial de sentimentos para com o pai. Os filhos o odiavam, mas também o amavam. À medida que o ódio foi satisfeito pela agressão, o amor ganhou força no remorso dos filhos. Criou-se o superego pela identificação com o pai e que representaria o poder paterno, como uma punição pela agressão cometida contra este, criando as restrições destinadas a impedir uma repetição do ato. Visto que a agressão contra o pai manifestou-se nas gerações seguintes, o sentimento de culpa também persistiu:

[...] todos estão fadados a sentir culpa, porque o sentimento de culpa é uma expressão tanto do conflito devido à ambivalência quanto da eterna luta entre Eros e o instinto de destruição ou morte. Esse conflito é posto em ação tão logo os homens se defrontem com a tarefa de viverem juntos (FREUD, 1930, p. 156).

Como a civilização obedeceria a um impulso interno que levaria os indivíduos a se unirem num grupo, só poderia alcançar seus objetivos através de um crescente sentimento de culpa. E este sentimento de culpa seria o problema mais importante de uma sociedade, seria o preço que pagaríamos por nosso avanço civilizatório; e a perda da felicidade pela intensificação do sentimento de culpa:

Por conseguinte, é bastante concebível que tampouco o sentimento de culpa produzido pela civilização seja percebido como tal, e em grande parte permaneça inconsciente, ou apareça como uma espécie de mal-estar, uma insatisfação, para qual as pessoas buscam outras motivações (FREUD, 1930, p. 160).

Por exemplo, as religiões, que procurariam redimir a humanidade deste sentimento de culpa que chamam de pecado.

O sentimento de culpa ou a severidade do superego seria a percepção do ego de estar sendo vigiado e avaliado na tensão entre os seus próprios esforços e as exigências do superego. Este medo estaria no fundo de todos os relacionamentos, e a necessidade de punição constituiria uma defesa instintiva do ego, que se tornou masoquista por parte da influência de um superego sádico.

Quando uma tendência instintiva experimentaria a repressão, seus elementos libidinais seriam transformados em sintomas e seus componentes agressivos em sentimento de culpa. Os sintomas neuróticos seriam satisfações substitutivas para desejos não realizados, e toda neurose ocultaria uma cota de sentimento inconsciente de culpa, que fortificaria os sintomas, fazendo uso deles como punição.

Também a sociedade desenvolveria um superego sob o qual se produziria a evolução cultural da mesma: “O superego de uma época de civilização tem ori-

gem semelhante à do superego de um indivíduo. Ele se baseia na impressão deixada atrás de si pelas personalidades dos grandes líderes” (FREUD, 1930, p. 166).

Este “superego cultural”, que desenvolveria seus ideais e estabeleceria suas exigências inconscientes, seria o que chamamos de ética. A ética deveria ser interpretada como uma tentativa para alcançar, através do superego, um manejo da agressividade: “A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição” (FREUD, 1930, p. 170).

Mas, então, o que nos restaria? “Agora só nos resta esperar que [...], o eterno Eros, desdobre suas forças para se afirmar na luta com seu não mesmo imortal adversário” (FREUD, 1930, p. 171).

## CONCLUSÕES

As diversas manifestações sociais, na Índia, disparavam em mim uma curiosidade imensa. Enquanto assistia ao grupo de mulheres divertir-se nos mais diversos “*poojas*”, com suas deusas, roupas coloridas e muito ouro, o sentimento que me invadia era de certo desconforto. Pensava nos seus maridos e me parecia difícil nomear a palavra “raiva”. Quanto mais felizes, mais irritada me percebia. A ambivalência, tão bem descrita por Freud, estava presente, entre o grupo e eu. O amor dedicado a estes maridos, assim como uma hostilidade latente por estarem submetidas a uma condição feminina inferior nesta sociedade, fazia parte destas cerimônias de expiação. A hostilidade deveria permanecer reprimida, disfarçada em cerimonial, ou projetada em mim. A renúncia a estes desejos inconscientes reprimidos era ali reforçada pelo grupo onipotente, que protegeria seus maridos da morte.

A importância destas esposas era exagerada, assim como o seu poder, o que tornaria mais fácil responsabilizá-las por tudo de desagradável que pudesse acontecer, ou igualmente culpá-las pelo infortúnio da morte, como se pela hostilidade inconsciente tivessem este poder.

Identificamos, então, um desejo que se defrontou com uma proibição, ou seja, se estabeleceu um conflito entre uma proibição consciente e um desejo in-

consciente. Falar ou até mesmo pensar nas raivas em relação à cultura ou ao marido, assim como às famílias que nem sempre as tratavam bem, era proibido, a raiva deveria ser reprimida. Estas cerimônias eram atos substitutivos para compensar a pulsão que fora proibida.

Através de autocensuras obsessivas, as viúvas igualmente se colocariam como responsáveis pela morte dos maridos, por uma “negligência” que imperou. Os cuidados e esforços do passado, os inúmeros cerimoniais, não conseguiriam amenizar o sofrimento da perda. Após a morte do marido, as censuras seriam uma reação contra este desejo inconsciente que um dia existiu.

Este registro da proibição do parricídio primitivo, que nos remeteria a conflitos incestuosos, onde o pai não deveria ser morto, parece retornar à cena, pois quem infringisse esta lei seria punido. Este tabu fora instituído com a finalidade da manutenção da vida em sociedade. A intenção de violar este tabu, esta regra social, se fazia presente, mas a temiam, pois o medo é maior que o desejo. Matar o pai é proibido, até mesmo em pensamento!

O receio do contágio, de sucumbir à tentação, seria uma identificação com a hostilidade e poderia levar o grupo todo a transgredir, a um caos social.

Nos *poojas*, as viúvas solicitam algum tipo de contenção pelos seus desejos (pelo pai), representado na figura autoritária do marido. A viúva seria, então, uma mulher sem impedimento e, portanto, desejável, devendo ser retirada de seu meio para não mais seduzir – este seria o poder feminino.

Importante referir que estas mulheres rezam para deusas, com referência explícita à proteção de uma mulher. Poderíamos pensar que este fato se refere igualmente a um pedido de contenção ou perdão à figura materna, pelos seus desejos parricidas ou edípicos.

Uma pessoa tabu, a viúva poderia novamente provocar desejos proibidos nos outros e despertar nas suas iguais conflitos de ambivalência. Assim, a viúva também despertaria hostilidade pela sua posição, pois contaria com o privilégio de estar livre de uma situação social opressora e tornar-se novamente desejante. A repressão seria o caminho para manter esta sociedade estruturada.

Como a viúva poderia agora dar vazão aos seus desejos, isto deveria ser proibido. Enviá-la para um Ashram (repressão dos desejos), instigar que se jogasse na

pira funerária do marido (morte) ou casar-se com o irmão mais novo deste (incestuoso) seriam suas opções, dando o exemplo a outras que também pudessem desejar transgredir. Nesta cultura, ser uma viúva, um ser demoníaco, que mataria seu marido pelo pensamento, é o que lhe restaria.

No filme citado, as viúvas se recolhem a um Ashram, raspam o cabelo e deixam de mostrarem-se atrativas a fim de não despertarem desejos, usando apenas sáris brancos. A cor branca é a junção de todas as cores, a presença de luz, a que reflete todos os raios e não absorve nenhum. Como se o desejo não pudesse mais ser “absorvido”, apenas “refletido”.

Esta ausência de desejo imposta pela sociedade às viúvas não será possível de realizar-se. O desejo pode apenas ser reprimido. Ou, por outro lado, absorvendo a hostilidade de todos e dirigindo a agressividade para dentro de si mesmas, revelariam a questão do masoquismo, onde a necessidade de punição e o medo do superego enfraquecem o ego. Ocorre uma reversão à passividade submetendo o ego com sua necessidade de punição ao sadismo do superego.

Estando as viúvas carregadas de um poder perigoso, quem entrasse em contato com elas poderia ser infectado. Isto se assemelharia à fobia do tocar dos obsessivos, onde a viúva poderia transmitir aos outros esta carga também pela sua sombra, o que reforçaria a necessidade de novas cerimônias purificadoras para limparem-se dos desejos que vieram do outro. A viúva que transgredir um tabu adquire a característica do proibido, como se toda carga perigosa fosse transferida a ela, tornando-se o próprio tabu, e necessitando ser evitada (enviada para um Ashram).

Desta forma, a morte seria igualmente retratada pela ambivalência, entenderiam que os mortos estariam insatisfeitos nesta nova condição, o que tornaria suas almas vingativas. Teriam inveja dos vivos e ansiariam por estar novamente com eles, podendo enviar doenças para causar suas mortes. Isto revelaria que, neste tipo de pensamento, os mortos também seriam hostis. Novas cerimônias seriam realizadas pelos vivos pelo medo de serem punidos pelos demônios, ou seja, pelos mortos. Assim, o enlutado negaria a hostilidade, e a projetaria no morto que o atormenta. A fim de apaziguar a alma deste, colocar as fotos do falecido no altar da família seria uma negação desta hostilidade, elevando-o a uma condição de

deus protetor da família. Estes “espíritos temidos” poderiam ser, então, reverenciados como ancestrais recebendo apelos de ajuda.

As viúvas poderiam ser um sintoma social de uma sociedade primitiva, surgido do recalçamento de um conflito psíquico, com raízes na história infantil dos seres humanos. Um compromisso entre desejo e defesa; sacrifícios em favor da civilização. Aguardar que decidam o destino de uma viúva revela um importante sintoma: um desejo de punição pelos sentimentos hostis reprimidos de uma civilização inteira, projetados nas mesmas. Seria este um ideal narcísico desta cultura, o orgulho pela repressão? Ou a expressão de um sadismo projetado no outro? Uma tendência à repetição? A tentativa de exterminar uma agressividade latente? Tudo isto me faz muito sentido.

Importante ressaltar a questão do desamparo. Na infância humana, tememos e desejamos nossos pais, necessitando de proteção contra os perigos internos e externos. Para suprir esta falta, em certas condições, foram criados deuses em seu lugar (herdeiros do pai assassinado na horda primitiva, substitutos dos pais da infância), a fim de garantir a proteção necessária perante o difícil controle da natureza de nossos impulsos. De alguma forma, repetimos e procuramos um conforto em forças superiores (deuses ou pais), sendo nos *poojas* ou na hora da morte, passando novamente a temê-los ou venerá-los. Acreditar em deuses superiores poderia apaziguar o homem do medo da morte, pois sem uma continuidade após a morte, a vida pareceria sem sentido. Encarar o fato de ser um desamparado ante o mundo, não protegido por forças divinas ou pelo eterno cuidado dos pais, torna-se uma árdua tarefa. O hinduísmo, com seus inúmeros deuses, reforça constantemente uma necessidade inata de proteção.

Encarando a religião como a neurose obsessiva da humanidade, tão claramente visualizada na história das viúvas com seus cerimoniais e evitações, proveniente das relações edípicas, podemos percebê-la como a expressão de um conflito psíquico, pois desejos intoleráveis são deslocados para os rituais religiosos e através deste substituto encontra-se o prazer que se esperaria evitar. O que se trata de ilusões, pois não estamos renunciando aos nossos desejos infantis, apenas deslocando-os.

Mas é na relação com o outro que o sofrimento é mais penoso. É na interação com os outros que os conflitos aparecem. Procuramos viver com ausência de

sofrimento e pela satisfação pulsional sem renúncia, para atingir a felicidade. Procuramos afastar o desprazer, o que é impossível numa sociedade que é contrária às necessidades humanas pulsionais. A satisfação dos instintos não é a felicidade em si, e isto nos custa compreender. As regras sociais não trazem a esperada felicidade.

Aniquilar os instintos não seria possível, e buscar felicidade na quietude, como nos sugere a cultura hindu, como a ioga e as meditações, também não garante a felicidade plena.

Há uma impossibilidade de erradicar a agressividade do ser humano, ou reprimi-la totalmente, pois se trata de uma questão ligada à natureza humana. E referindo-se à agressividade, Freud sustenta que a civilização se articula entre os desdobramentos da pulsão de vida e a pulsão de morte, que esta seria a questão civilizatória a ser importantemente considerada, pois exige uma acomodação final do indivíduo em sociedade.

Mas e o sentimento de culpa? O sentimento de culpa seria originário do medo de alguma autoridade (renúncias instintuais) e medo do superego (renúncia às satisfações e punição). O desejo persiste sempre, o que acarreta sentimento de culpa. A renúncia aos desejos não é libertadora, e a consciência virtuosa não tem a garantia do amor. Uma ameaça de infelicidade, perda de amor dos pais, gerou uma permanente infelicidade interna, pela tensão do sentimento de culpa que advém da punição da agressão primária cometida contra o pai, fortalecido de geração em geração, pela agressividade reprimida e dirigida ao superego.

Sem o sentimento de culpa a humanidade estaria fadada à destruição. A culpa passa a ser a grande controladora da civilização e tem sua origem no medo da perda do amor dos pais da infância. Através do sentimento de culpa, a cultura domina a inclinação à agressividade, desarmando-a, e colocando em seu interior um agente para cuidar dela, o superego. O mal-estar do ser humano seria uma falta de orientação para seu agir no mundo, o projeto ético seria a busca por esta orientação, e, conseqüentemente, uma tentativa de superação do mal-estar. Nesta perspectiva, o sentimento de culpa pode ser entendido como fruto de uma determinada forma de articulação do problema ético.

Igualmente, o sentimento de culpa seria uma expressão do conflito que não se resolveu entre a ambivalência, e entre os instintos de vida e de morte. E este

conflito entra em ação tão logo os homens queiram viver em sociedade. O preço que pagamos pela vida em sociedade, pelo avanço civilizatório, é a perda da felicidade pela intensificação do sentimento de culpa.

A cultura dominará o instinto de agressão e autodestruição? Podemos esperar que Eros vença? Anular as viúvas, anular a ambivalência, negar a hostilidade, como forma de reprimir os instintos do ser humano é uma tarefa impossível. A agressividade não será erradicada, tampouco o sentimento de culpa. Neste contexto, haveria outro destino para a pulsão além da repressão? Este seria um tema para outro trabalho...

A situação das viúvas revela o oculto em todos nós e em todas as comunidades mais ou menos desenvolvidas, os nossos conflitos infantis e nossa luta pulsional. Afinal, até que ponto o desenvolvimento cultural conseguirá dominar a pulsão de morte? Esta aí a luta de cada um de nós e de cada civilização, lidar com as pulsões. E que a vida vença: “O instinto de destruição, moderado e domado e, por assim dizer, inibido em sua finalidade, deve, quando dirigido para objetos, proporcionar ao ego a satisfação de suas necessidades vitais e o controle sobre a natureza” (FREUD, 1930, p.144).

## REFERÊNCIAS

FREUD, S. (1897) Rascunho N. In: \_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas**: publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-99). Rio de Janeiro: Imago, 1977. (Edição Standard Brasileira, 1).

\_\_\_\_\_. (1913) Totem e Tabu. In: \_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas**: Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914). Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Edição Standard Brasileira, 13).

\_\_\_\_\_. (1917) Luto e Melancolia. In: \_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas**: a história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916). Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Edição Standard Brasileira, 14).

\_\_\_\_\_. (1920) Mais além do Princípio do Prazer. In: \_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas**: além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922). Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Edição Standard Brasileira, 18).

\_\_\_\_\_. (1924) Um estudo autobiográfico. In: \_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas**: um estudo autobiográfico, inibições, sintomas e ansiedade, a questão da análise leiga e outros trabalhos (1925-1926). Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Edição Standard Brasileira, 20).

\_\_\_\_\_. (1927) O Futuro de uma Ilusão. In: \_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas**: o futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Edição Standard Brasileira, 21).

\_\_\_\_\_. (1930) O Mal-Estar na Civilização. In: \_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas**: o futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Edição Standard Brasileira, 21).

THE LAWS OF MANU. New Delhi: Penguin Books, 1991.